

Pesquisa de Responsabilidade Social  
Empresarial 2009

---



**Campinas**



**FACAMP**  
FACULDADES DE CAMPINAS

## **I - INTRODUÇÃO**

As empresas privadas com fins lucrativos possuem um papel de suma importância na formação bruta do capital econômico de uma nação, gerando com isso uma questão intrigante, que é identificar a participação ou não, das empresas privadas na formação de outras formas de capital como, por exemplo, o capital social. Contempla-se neste termo tudo que se refere à melhoria das condições de vida de todos os habitantes deste planeta, bem como a garantia de que os recursos naturais e culturais de hoje serão preservados para as futuras gerações.

Esta questão ganha diariamente mais espaço para análise, pois não é difícil percebermos o grande hiato ainda existente entre a capacidade e habilidade de gerar lucro econômico versus a melhoria socioambiental fruto da ação corporativa.

Infelizmente, inúmeros indicadores socioambientais não guardam nenhuma proporcionalidade com os superávits financeiros das empresas privadas e até mesmo há deterioração em determinados itens de estudo, tais como: acesso a água, distribuição de renda, violência urbana, fome e corrupção, dentre muitos outros. Mas, qual seria a influência das práticas empresariais neste amplo cenário?

Neste contexto, o IBEF Campinas, em parceria com as Faculdades de Campinas – FACAMP – tomou a iniciativa pioneira de realizar pesquisa junto aos seus associados na busca de configurar o grau destas empresas frente ao tema Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e Governança Corporativa. Além da iniciativa em si, caracteriza-se também na condição de ineditismo a forma como se deu o trabalho de consulta através da aplicação da pesquisa. Os questionários foram acompanhados de texto prévio e sucinto que elucidava conceitos atualmente aceitos no mundo acadêmico de forma a não permitir que os responsáveis pelas respostas tivessem interpretações dúbias e/ou equivocadas que viessem a culminar no comprometimento do resultado da amostra.

A responsabilidade pela coordenação, produção, análise e síntese da pesquisa ficou sob competência do professor Arnaldo Aparecido Rezende, titular das disciplinas de gestão de responsabilidade social e governança corporativa da FACAMP. Como assistente técnica o trabalho teve a participação da estagiária Marcela Doni – acadêmica de publicidade & propaganda da FACAMP.

## II - SÍNTESE GERAL

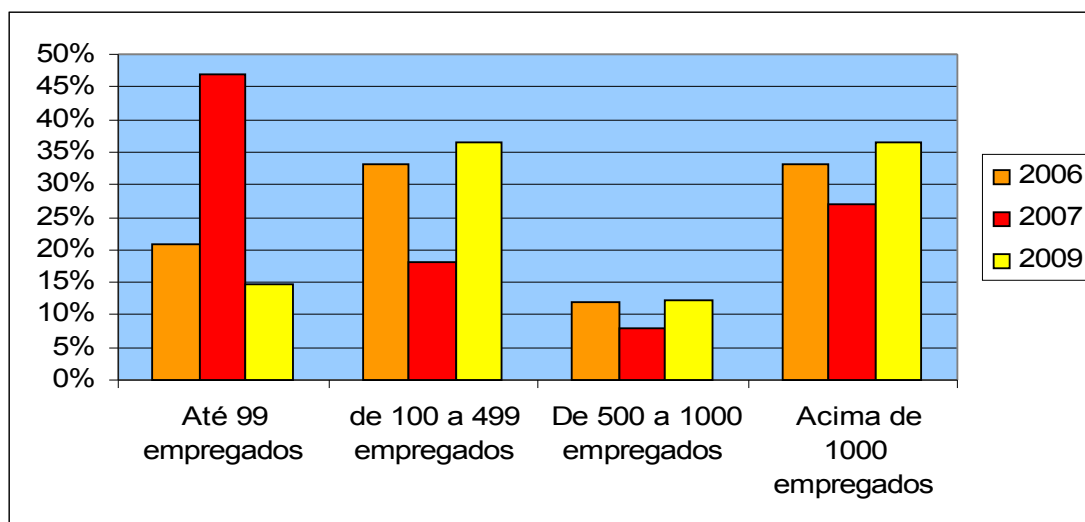
A pesquisa evidenciou informações relevantes como:

1. Houve um salto no número de empresas que possuem um sistema estruturado de R S E. Entre 2006 e 2007 era apenas 19%, em 2009 o número de empresas que se auto-intitulam possuir um sistema de gestão de R S E atingiu 39%. Porém, o índice de empresas que declaram não ter nada estruturado em termos de R S E permaneceu estável, recortando 1/3 da amostra;
2. Das empresas que declaram possuir sistema de gestão de Responsabilidade Social Empresarial estruturado 80% são organizações com mais de 1000 funcionários e 30% destas possuem capital aberto em bolsa, evidenciando que se trata de uma estratégia ainda em mãos, somente, das grandes corporações;
3. Um dado muito interessante se comparado aos reluzentes comerciais de incentivo ao voluntariado é o fato de que metade das empresas pesquisadas não realiza nenhum tipo de atividade ou incentivo ao voluntariado;
4. 18% das empresas que realizam ações sociais sequer sabem o porquê de suas iniciativas. 23% o fazem para agregar valor à imagem da empresa;
5. Em relação ao investimento em R S E a pesquisa apresenta dados positivos. O número de empresas que investem acima de R\$1 milhão triplicou de 8% para 24% e o percentual das empresas que não investiram em ações sociais diminuiu de 16% para 10%;
6. Em 2009 o foco do investimento social empresarial privado (I.S.P.E.) não sofreu mudanças significativas, uma vez que educação permanece com maior foco, seguida de assistência social e saúde. O foco de investimento que teve o maior salto em relação aos anos anteriores foi meio ambiente com um aumento de 40% sobre 2007. Especial destaque ao aparecimento, pela primeira vez, de empresas que investem em habitação, 2%;
7. Com relação à utilização de incentivo fiscal para investimentos em R S E a pesquisa não apresentou mudanças em relação aos anos anteriores já que a maioria, 65%, investe exclusivamente através do caixa da empresa e apenas 5% utilizam 100% de incentivo fiscal;
8. Metade das empresas mantém o departamento de Recursos Humanos como responsável pela área de R S E. O lado positivo é que 16% das empresas já possuem uma área específica de R S E, obviamente mais de 90% destas são aquelas que investem mais de R\$ 1 milhão por ano;
9. Cerca de 70% das empresas consideram as atividades de R S E estratégicas e, portanto, pautadas pelo presidente – CEO; por outro lado, 12% das empresas ainda mantêm as atividades de R S E em nível de supervisão;

10. A pesquisa buscou mostrar como as empresas operacionalizam suas atividades de R S E. Quase metade das empresas - 46% - opera sozinha e apenas 13% fazem parcerias com o terceiro setor;
11. A crise econômica não foi tão vilã para os investimentos sociais privados empresariais, embora tenha afetado tanto as atividades externas quanto internas; apenas 23% das empresas pesquisadas declararam ter reduzido os valores devido a crise;
12. Com relação ao comprometimento público das condutas empresarias por meio de um Código de Ética o número de empresas que adotam há mais de dois anos triplicou de 8% em 2007 para 24%;
13. O número de empresas que ainda não publica balanço social, apesar de apresentar queda de 9 pontos percentuais, permanece alto: 71%;
14. As empresas, que possuem em seu quadro de executivos membros exclusivamente da família acionista caíram de 41% para 20%; já as empresas com executivos não pertencentes à família acionista aumentaram de 31% para 53%;
15. A existência de um Conselho Fiscal apresentou um cenário pouco animador visto que o número de empresas que não têm e não possuem planos de implantação caiu de 81% para ainda altos 69%. Apenas 19% delas possuem um conselho fiscal permanente;
16. Dado positivo foi que as empresas que não possuem planos de implantação de um Conselho de Administração apresentaram um decréscimo de 10 pontos percentuais. 50% das empresas já possuem Conselho de Administração, entre elas, 21% há mais de 10 anos; o lado negativo foi o número de empresas que possuem conselheiros independentes no Conselho de Administração cair de 57% em 2007, para 28% em 2009; já os Conselhos de Administração formados somente por membros acionistas infelizmente subiu de 24% para 36%;
17. Para compensar, as empresas que não possuem Auditoria Independente caíram de 52% em 2007 para 20% em 2009;
18. Na pesquisa anterior nenhuma empresa pesquisada havia utilizado as Câmaras de Arbitragem; em 2009 esse número passou para 8%;
19. Fato estranho é que o número de executivos que desconhecem os níveis de Governança Corporativa existentes na BOVESPA aumentou de 28% em 2007 para 36% em 2009;
20. Embora as novas normas contábeis internacionais estejam chegando 57% das empresas ainda não publicam Balanço Patrimonial, além disso, o número de empresas que publicam em inglês e português caiu de 22% para apenas 5%.

### III - PERFIL DAS EMPRESAS PESQUISADAS

A amostra pesquisada apresentou uma distribuição equânime entre empresas com mais de 1000 colaboradores e aquelas que possuem de 100 até 499, na casa dos 37%. Portanto, contamos com um universo de cerca de 50% de empresas com mais de 500 funcionários e apenas 15% até 100.

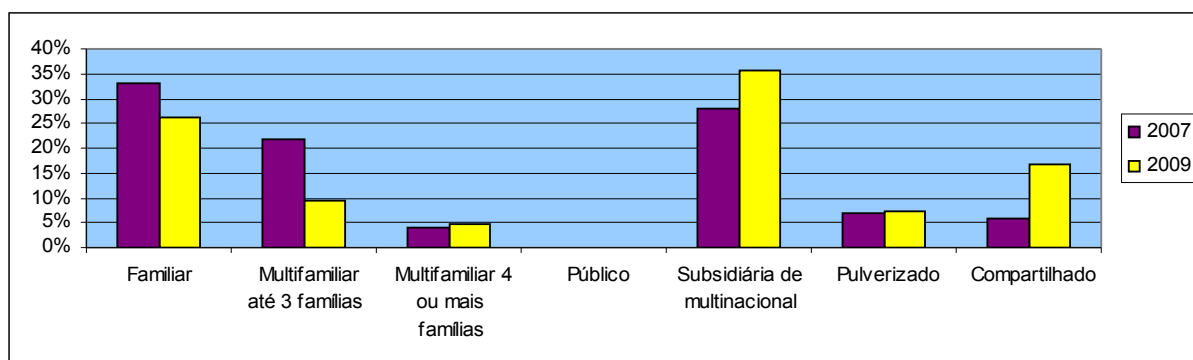


Quanto ao segmento de atuação das empresas participantes desta pesquisa, o setor industrial recuperou e superou sua posição de 2006. Na primeira pesquisa, em 2006, ele respondia por 45% das empresas, em 2009 o setor industrial concentrou 62%. Em 2009 a participação menos expressiva foi de empresas que atuam no setor de comércio com 8%. O setor de comércio apresentou uma queda de 15 pontos percentuais em relação ao ano de 2007 e o de serviço redução de 17 pontos percentuais. Este fato nos sugere uma amostra com perfil direcionado aos desafios ambientais, visto que, as atividades industriais podem vir a gerar muito mais impactos e consomem muito mais recursos naturais em sua cadeia do que as organizações de serviço.

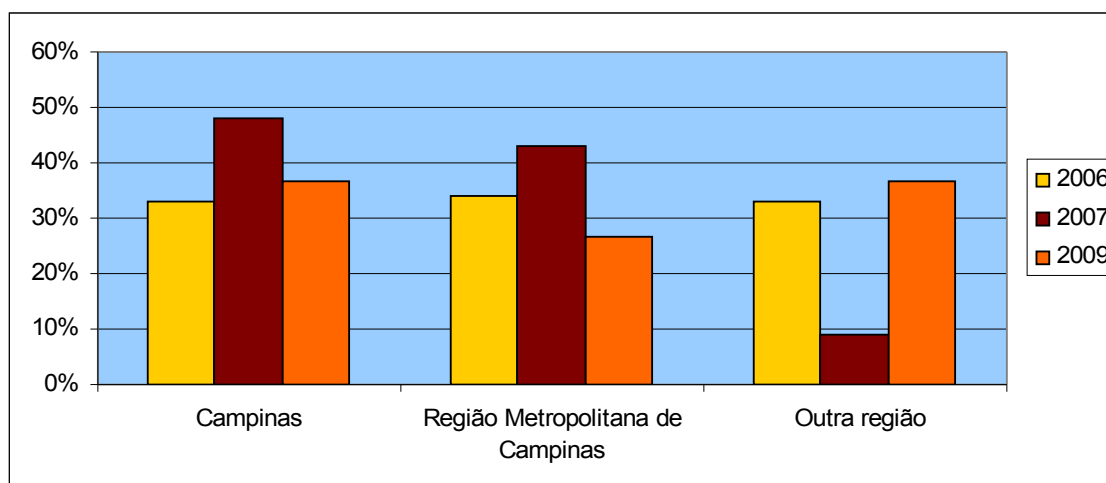
	2006	2007	2009
Indústria com capital limitado (Ltda.);	40%	16%	41%
Indústria com capital aberto (S.A. - fechada);	0%	7%	18%
Indústria de capital aberto listado na bolsa;	5%	7%	3%
Comércio com capital limitado (Ltda.);	5%	12%	5%
Comércio com capital aberto (S.A. - fechada);	5%	8%	3%
Comércio de capital aberto listado na bolsa;	0%	3%	0%
Serviço com capital limitado (Ltda);	36%	30%	18%
Serviço com capital aberto (S.A. - fechado);	5%	14%	7%
Serviço de capital aberto listado na bolsa.	5%	3%	5%

Quanto à propriedade e controle do capital permanecemos com uma amostra sem empresas públicas. A maior variação ocorreu no percentual de empresas de capital multifamiliar com queda de 12 pontos percentuais. A segunda mudança importante na amostra aconteceu nas empresas de capital compartilhado com aumento de 11%. Esta movimentação possivelmente reflete o grande número de fusões, entrada de capital via *private equity*, dentre outras formas de capitalização nas quais a empresa recebe novos acionistas (*hipótese não captada diretamente na pesquisa*).

	2007	2009
Familiar;	33%	26%
Multifamiliar (até 3 famílias);	22%	10%
Multifamiliar (4 ou mais famílias);	4%	4%
Público (federal, estadual ou municipal);	0%	0%
Subsidiária de multinacional (matriz estrangeira);	28%	36%
Pulverizado (maior acionista com menos de 20% do capital total e um mínimo de 50 sócios);	7%	7%
Compartilhado.	6%	17%



A pesquisa em 2009 apresentou uma concentração maior nas empresas de Campinas e Outras Regiões, com 37% em cada local. Houve uma grande variação de 2007 para 2009 no número de empresas localizadas fora da RMC, com aumento de 28 p.p.



#### IV - RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL – R S E

O primeiro ponto de extrema relevância desta pesquisa deve-se ao fato de que os baixos 19% no número de empresas que declaravam possuir um programa estruturado de R S E nos anos de 2006 e 2007 ficaram para trás. Em 2009 este número atingiu o patamar de 39%, ou seja, um aumento de 100%. Outro ponto muito importante é que se manteve em relação a 2007 um índice ainda alto de empresas que declaram não possuir nada estruturado em termos de R S E recortando quase 1/3 da amostra. As empresas que praticam ações sociais internas apresentaram aumento de 9 p.p e as que praticam ações sociais externas 7 p.p., o que corresponde ao dobro de 2007. Estes números nos revelam que a preocupação com a atração e retenção de talentos é acompanhada pela melhoria da imagem da empresa através das práticas de R S E principalmente em tempos de crise econômica. Já o número de empresas que praticam tanto ações internas quanto externas caiu muito, 33 pontos percentuais, ou seja, durante a crise as empresas optaram por ações somente internas ou essencialmente externas.

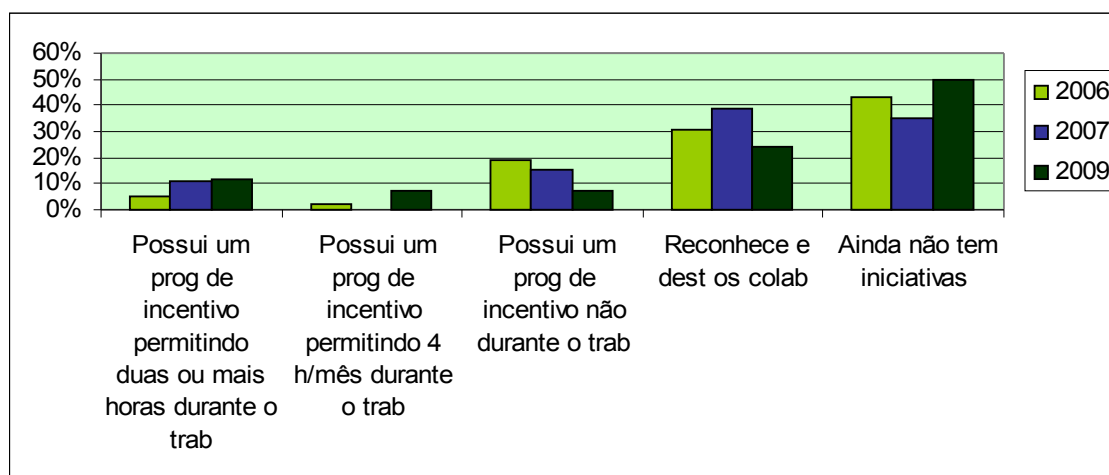
	2006	2007	2009
Um programa estruturado de Responsabilidade Social Empresarial;	19%	19%	39%
Algumas ações sociais internas;	14%	2%	11%
Algumas ações sociais externas;	12%	7%	14%
Algumas ações sociais internas e externas;	45%	37%	4%
Ainda não temos nada estruturado, a não ser, algumas campanhas pontuais de arrecadação e distribuição de roupas, alimentos, material escolar, etc. e/ou incentivo para que os colaboradores realizem trabalhos voluntários.	10%	35%	32%

Em 2009 o foco do investimento social empresarial privado (I.S.P.E.) não sofreu mudanças significativas. Podemos observar a estabilização dos investimentos na educação, assistência social e saúde; respectivamente 1ª, 2ª e 4ª colocadas no ranking das áreas merecedoras dos maiores investimentos sociais empresariais. O setor de meio ambiente, embora tenha mantido sua 3ª colocação, cresceu cerca de 40% sobre 2007, confirmando o perfil industrial da amostra. Merece destaque a área de cultura e preservação de patrimônios que embora com um resultado relativamente baixo - 8% -, dobrou sua participação como foco de investimento das empresas. Outro ponto a se destacar é o surgimento, pela primeira vez, da área habitacional com 2%, aventando a hipótese da influência dos programas públicos habitacionais mais intensos nos últimos 18 meses.

	2006	2007	2009
Saúde;	20%	11%	11%
Assistência Social;	21%	25%	24%
Segurança Alimentar;	4%	7%	8%
Educação;	26%	27%	26%
Esporte e recreação;	7%	9%	8%
Meio Ambiente;	15%	11%	15%
Cultura e preservação de patrimônios	4%	4%	8%
Defesa de direitos	3%	6%	2%
Habitacão	0%	0%	2%
Geração de renda em comunidades carentes	0%	0%	0%

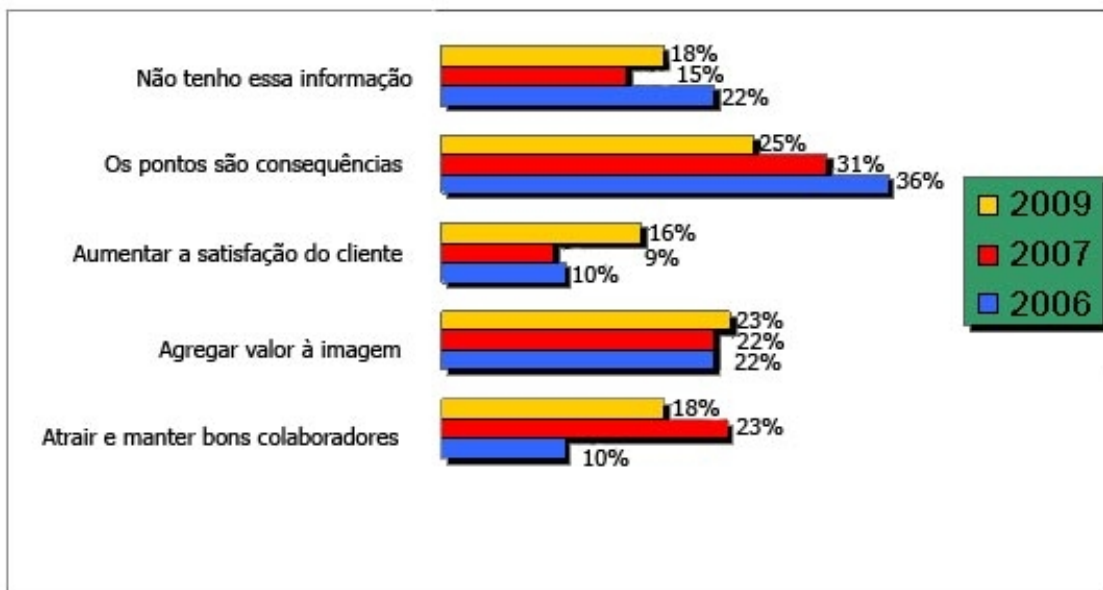
Os projetos de voluntariado dentro das empresas estão ainda mais desafiadores. Entre 2006 e 2007 cerca de 40% das empresas se encontravam na estaca zero; em 2009 esse número cresceu 10 p.p. atingindo metade da amostra. O lado positivo é que 7% das empresas declaram fomentar e permitir ao funcionário dedicar até quatro horas mensais em atividades voluntárias. Em suma, podemos observar que alguma ação prática da empresa, além do reconhecimento, é fato em apenas 26% das consultadas.

	2006	2007	2009
Possui um programa de incentivo ao trabalho voluntário por parte de seus colaboradores, permitindo duas ou mais horas na semana durante a jornada de trabalho;	5%	11%	12%
Possui um programa de incentivo ao trabalho voluntário por parte de seus colaboradores, permitindo até quatro horas mensais durante a jornada de trabalho;	2%	0%	7%
Possui um programa de incentivo ao trabalho voluntário por parte de seus colaboradores, mas não durante a jornada de trabalho;	19%	15%	7%
Reconhece e destaca os colaboradores que realizam trabalho voluntário, porém não possui nenhum programa de apoio na forma de liberação de horas durante a jornada de trabalho;	31%	39%	24%
Ainda não tem iniciativas na área do trabalho voluntário.	43%	35%	50%



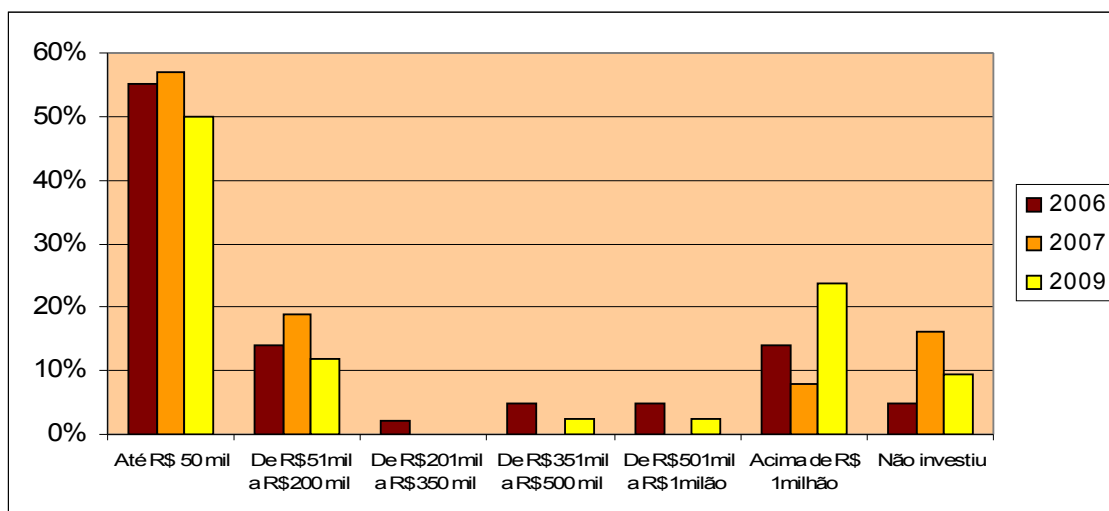
As motivações para as práticas de Responsabilidade Social sofreram alterações significativas. Houve uma retração muito forte na tendência das empresas utilizarem esta ação como política para atração e retenção de talentos aos seus quadros caindo 13 pontos percentuais. Aqui possivelmente detecta-se um efeito indireto da crise econômica que reverteu o quadro de contratações para demissões nas empresas.

Outro ponto foi o aumento de 15% para 18% de empresas que se quer sabem o porquê de suas práticas, fator intrigante, pois estas empresas juntas declaram investir mais de R\$400.000,00. Agregar valor a imagem corporativa e fidelizar clientes ficaram estáveis na casa dos 22%. Aumentou em 5 pontos percentuais o número de empresas que vêem a adoção de práticas de responsabilidade social como consequência da política estratégica da empresa.

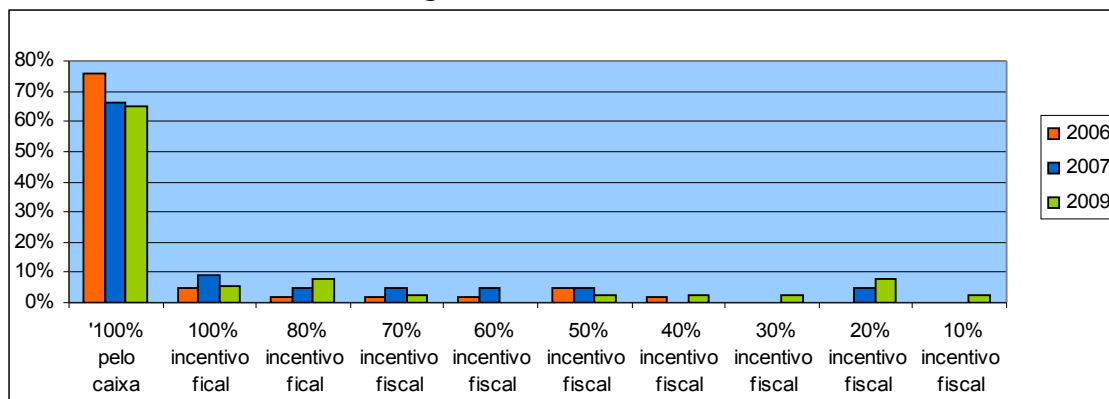


Os valores financeiros investidos em R S E em 2009 apresentam alterações positivas já que o investimento acima de R\$ 1 milhão cresceu 16 pontos percentuais, saindo de 8% para 24% (triplicou). Os valores entre R\$351 mil e R\$500 mil e R\$501 mil a R\$1 milhão também aumentaram, ambos de zero para 2%. Outro ponto positivo foi a diminuição em 6 pontos percentuais no número de empresas que não investiram.

	2006	2007	2009
Até R\$ 50 mil;	55%	57%	50%
de R\$ 51 mil a R\$ 200 mil;	14%	19%	12%
de R\$ 201 mil a R\$ 350 mil;	2%	0%	0%
de R\$ 351 mil a R\$ 500 mil;	5%	0%	2%
de R\$ 501 mil a R\$ 1 milhão;	5%	0%	2%
Acima de R\$ 1 milhão;	14%	8%	24%
Não investiu nada.	5%	16%	10%



Com relação à origem do investimento em R S E, repete-se o ocorrido em anos anteriores, ou seja, permanecem em alta os valores bancados exclusivamente pelo caixa das empresas. Mesmo caindo de 76% em 2006 para 65% em 2009, este número nos mostra uma política enraizada de investimento social privado empresarial sem utilização de incentivo fiscal, pois apenas 5% das empresas declaram investir utilizando 100% dos recursos originados de incentivos fiscais.



A pretensão das empresas em relação ao numerário investido concentrou-se, mais uma vez, na manutenção dos valores – 56% -, a intenção de aumentar entre 10% e 20% os investimentos caiu de 19% para 3%. Os outros valores permaneceram estáveis indicando pouco reflexo da crise nos valores alocados às práticas de R S E. Este número confronta com dados de mais de 100 instituições do terceiro setor, no que tange a manutenção dos recursos oriundos de parcerias com empresas privadas, o qual aponta uma redução média de 30%. *(hipótese não aferida diretamente pela pesquisa, mas correlacionada, já que 13% das empresas realizam suas práticas de R S E em parceria operacional com o terceiro setor.)*

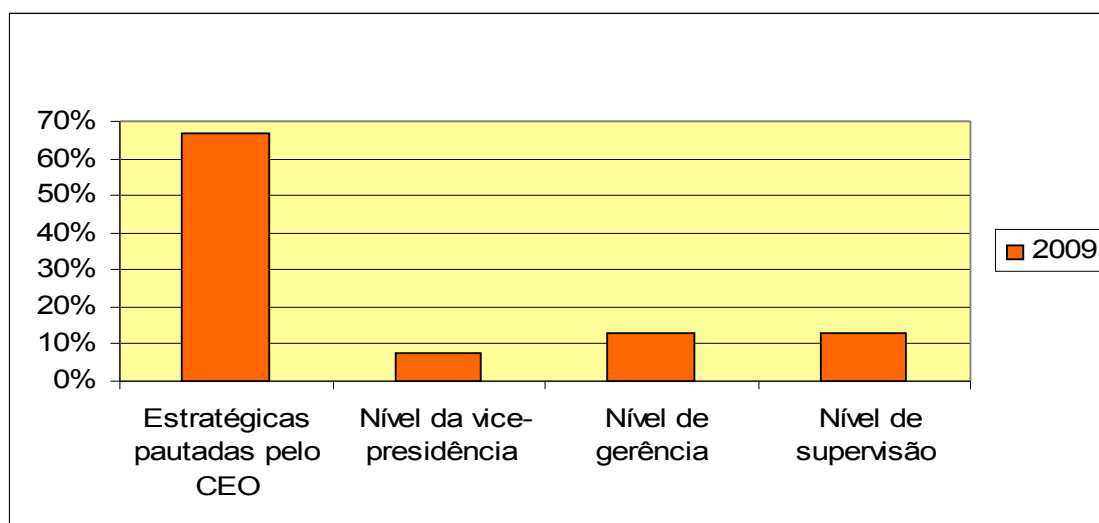
	2007	2009
Aumentar mais de 30%;	8%	8%
Aumentar mais de 20%;	8%	8%
Aumentar mais de 10%;	19%	3%
Aumentar até 10%;	15%	15%
Diminuir até 10%;	0%	5%
Diminuir mais de 10%;	0%	5%
Diminuir mais de 20%;	0%	0%
Diminuir mais de 30%;	0%	0%
Manter do ano anterior.	50%	56%

A pesquisa mostrou que metade das empresas utiliza-se da área de Recursos Humanos como a principal responsável pela gestão da Responsabilidade Social dentro da organização. O grande avanço é o resultado de que 16% já possuem áreas específicas de R S E e ou sustentabilidade em sua estrutura organizacional.

Pelo departamento de marketing;	8%
Pelo departamento de recursos humanos;	46%
As ações sociais interna pelo departamento de recursos humanos e as externas pelo marketing;	8%

Por outros departamentos, porém sempre o mesmo;	11%
Por vários departamentos, pois onde surge a idéia a mesma é operacionalizada;	11%
Temos um dpto. de gestão de responsabilidade social empresarial e ou sustentabilidade.	16%

A pesquisa avaliou a importância das atividades de Responsabilidade Social no contexto organizacional das empresas e o resultado foi positivo. 67% das empresas consideram as atividades de Responsabilidade Social estratégicas e, portanto, pautadas diretamente pelo presidente – CEO. Um fato ainda relevante é a existência de 12% de organizações cujo tema R S E fica apenas em nível de supervisão.

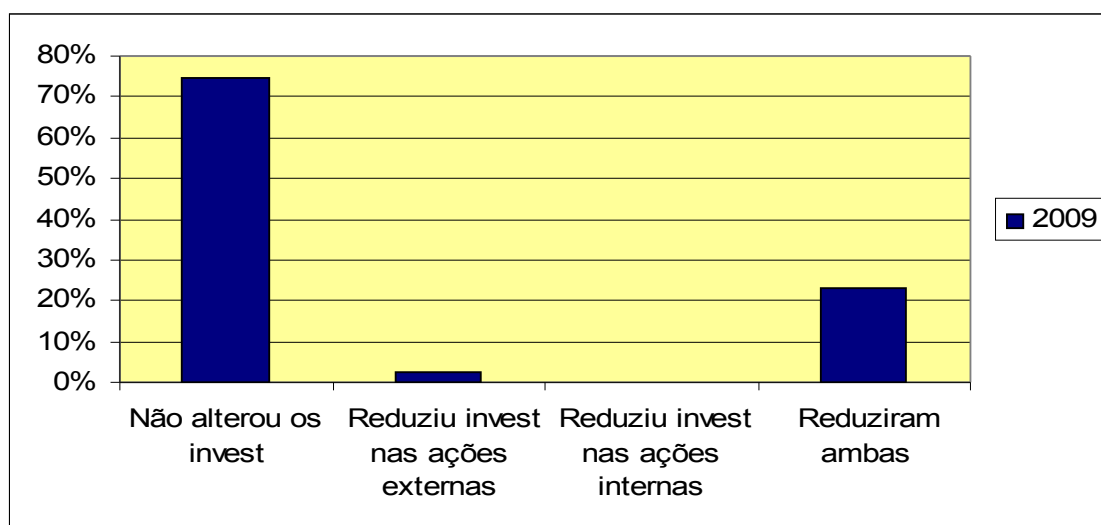


A pesquisa buscou mostrar como as empresas operacionalizam suas atividades de Responsabilidade Social, independentemente do departamento que a gerencia. Quase metade das empresas, - 46% -, opera sozinhas suas práticas de R S E. Apenas 13% fazem parcerias com terceiro setor e financiam 100% os programas destes. Número não muito superior aos 9% das que realizam tal parceria com os governos. Estes dados ficam mais depressivos ainda se vemos que 13% das empresas realizam suas práticas de R S E com ajuda financeira de outras empresas, mesmo em se tratando de investimentos abaixo de 200 mil reais por ano (*cerca de 70% das que utilizam recursos de outras empresas*). Esse quadro nos revela a imensa dificuldade de estabelecimento de redes de investimento social privado empresarial, bem como a presença forte do espírito individualista das empresas em suas práticas de R S E.

Planejadas, realizadas (operacionalizada) e suportadas financeiramente de forma exclusiva pela empresa, ou seja, a empresa opera sozinha desde a concepção até a implantação;	46%
Planejadas e realizadas (operacionalizada) parcialmente pela empresa, que busca parceria com o setor público (governos: municipal, estadual e ou federal), porém o investimento financeiro é exclusivo da empresa;	9%

Planejadas e realizadas (operacionalizada) parcialmente pela empresa, que busca parceria com o terceiro setor (organizações não governamentais), porém o investimento financeiro é exclusivo da empresa;	13%
Planejadas e realizadas (operacionalizada) parcialmente pela empresa, que busca parceria com o setor público (governos: municipal e ou estadual e ou federal), com o investimento financeiro também compartilhado;	4%
Planejadas e realizadas (operacionalizada) parcialmente pela empresa, que busca parceria com o terceiro setor (organizações não governamentais), com o investimento financeiro também compartilhado;	2%
Planejadas em parceria com o setor público (governos: municipal e ou estadual e ou federal) que realiza (operacionaliza), porém o investimento financeiro é exclusivo da empresa;	2%
Planejadas em parceria com o terceiro setor (organizações não governamentais), que realiza (operacionaliza), porém o investimento financeiro é exclusivo da empresa;	7%
Planejadas, realizadas (operacionalizada) e suportadas financeiramente, sempre de forma parcial pela empresa, que busca parceria com outras empresas privadas para todas as etapas;	13%
Alvo do investimento social privado empresarial, pois a empresa sempre delega para o parceiro a execução.	4%

Estranhamente, 74% das empresas declaram que os efeitos da crise econômica de 2009 não provocaram alterações nos investimentos em R S E. Por outro lado, 23% afirmam que devido à crise, reduziram seus investimentos sociais privados empresariais tanto nas ações internas quanto externas.



Entre as empresas que foram afetadas pela crise avaliamos o percentual atribuído às mesmas. Cerca de ¼ reduziu acima de 50% e 38% das empresas atribuíram até 30% da diminuição dos seus investimentos em R S E em razão da crise.

até 10%;	25%
até 20%;	12%
até 30%;	38%
até 40%;	0%
até 50%;	0%
acima de 50%.	25%

Com relação ao comprometimento público das condutas corporativas por meio de um Código de Ética o número de empresas que adotou há mais 2 anos cresceu. Esse número em 2007 era de 8% e passou para 24% das empresas (*triplicou*). Houve outra variação positiva: o número de empresas que possui código de ética em elaboração passou de 3% para 12% e o número de empresas que ainda não publicaram caiu pela metade. Portanto, se não estão dispostas a “mexer” no bolso, pelo menos caminham para boas práticas de conduta.

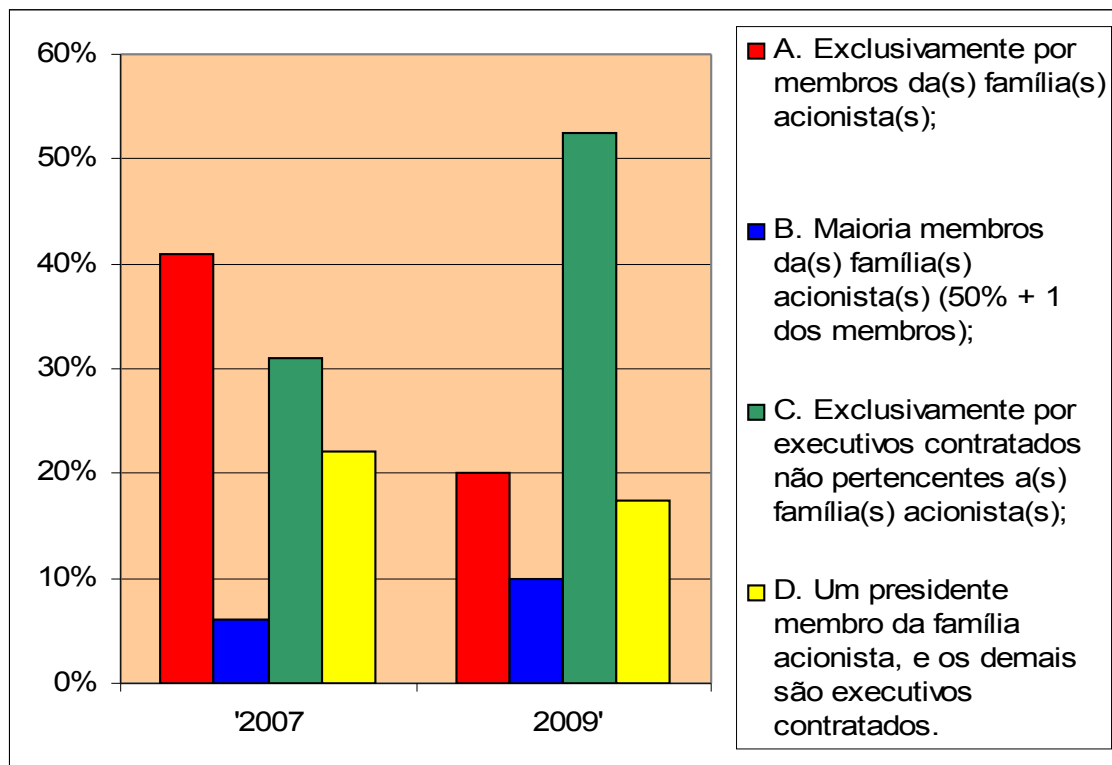
	2006	2007	2009
Sim, há mais de 10 anos;	12%	23%	24%
Sim, há mais de 5 anos;	19%	12%	12%
Sim, há mais de 2 anos;	14%	8%	24%
Está em elaboração para ser publicado até 2010;	10%	3%	12%
Ainda não.	45%	54%	28%

Em relação à publicação de balanço social e ou relatório de sustentabilidade o percentual das empresas que publicam há mais 5 anos e menos de 10 sofreu um bom crescimento de 4 p.p. Porém, o número de empresas que ainda não publica caiu em 9 pontos percentuais, mas se mantém ainda extremante alto superando os 70%.

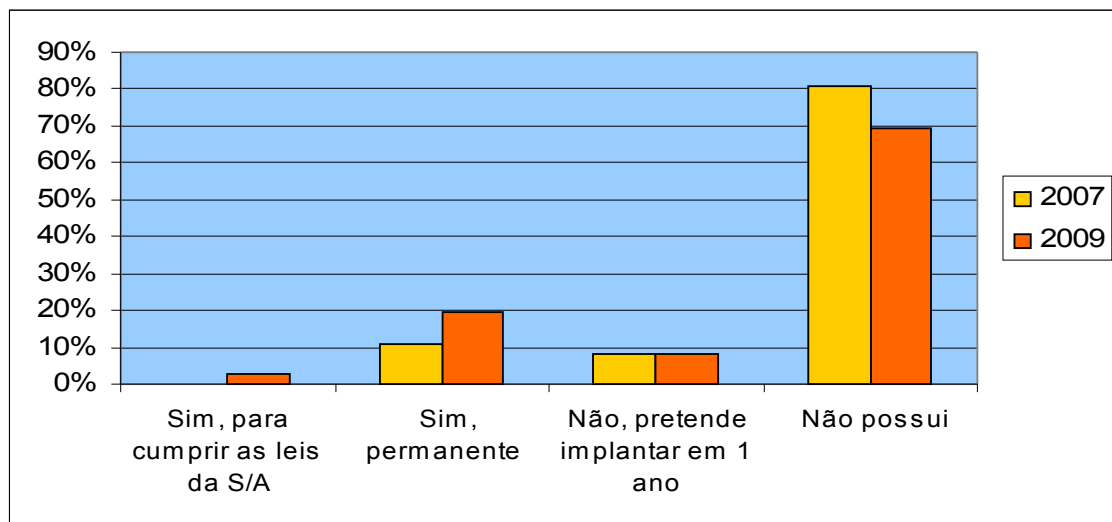
	2006	2007	2009
Sim, há mais de 10 anos;	12%	0%	3%
Sim, há mais de 5 anos;	5%	5%	8%
Sim, há mais de 2 anos;	7%	9%	13%
Está em elaboração para ser publicado até 2010;	5%	5%	5%
Ainda não.	71%	81%	71%

## V – GOVERNANÇA CORPORATIVA

Um primeiro ponto relevante nas questões de Governança foi o avanço da profissionalização na gestão executiva das corporações. As empresas que possuem em seu quadro de executivos membros exclusivos da família acionista caiu de 41% para 20%. Em consonância, as empresas com executivos não pertencentes à família acionista aumentou 22 pontos percentuais, de 31% em 2007 para 53% em 2009.



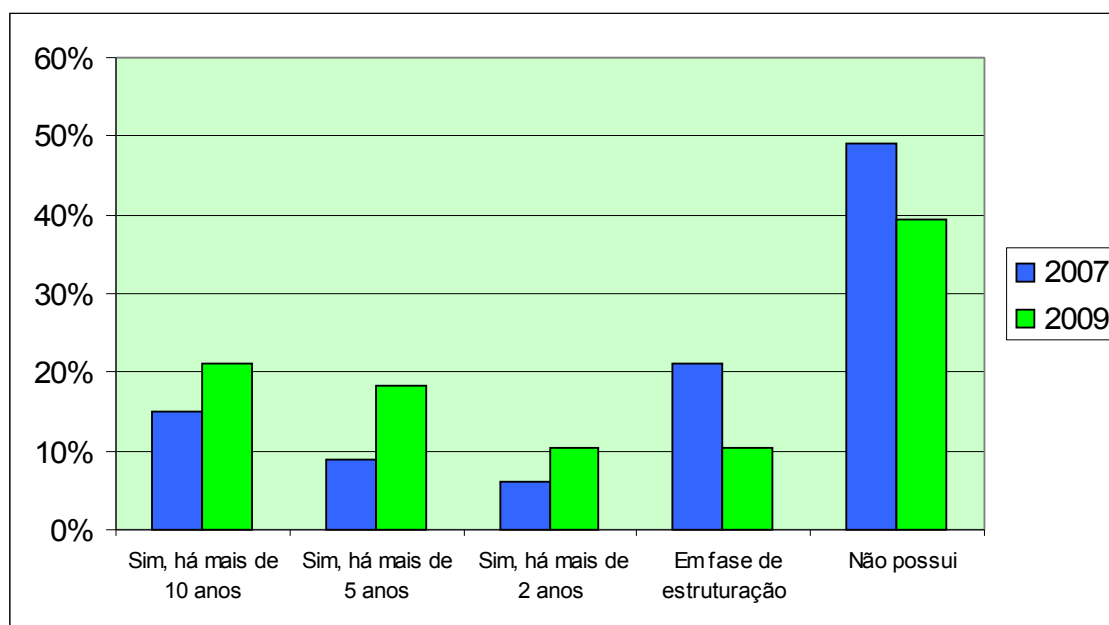
O segundo ponto um pouco animador foi com relação à existência de um Conselho Fiscal – CF. O número de empresas que não tem e não possui planos de implantação caiu de 81% em 2007 para ainda altos 69% em 2009. Além disso, o número de empresas que possui Conselho Fiscal de modo permanente aumentou de 11% para 19% em 2009.



Um terceiro elemento favorável na trilha das boas práticas de Governança Corporativa se revelou no aumento em 10 pontos percentuais no número de empresas que já possui ou pretende implantar num prazo de até 12 meses um Conselho de Administração. Portanto, vimos em dois anos uma redução de 49% para 39% no índice percentual de empresas que declaram não possuir plano de criar um Conselho de Administração. Outro ponto importante foi o fato de que dentre os 50% das

empresas que já o possuem, 21% delas são há mais de 10 anos, ou seja, um acréscimo significativo na direção da boa Governança.

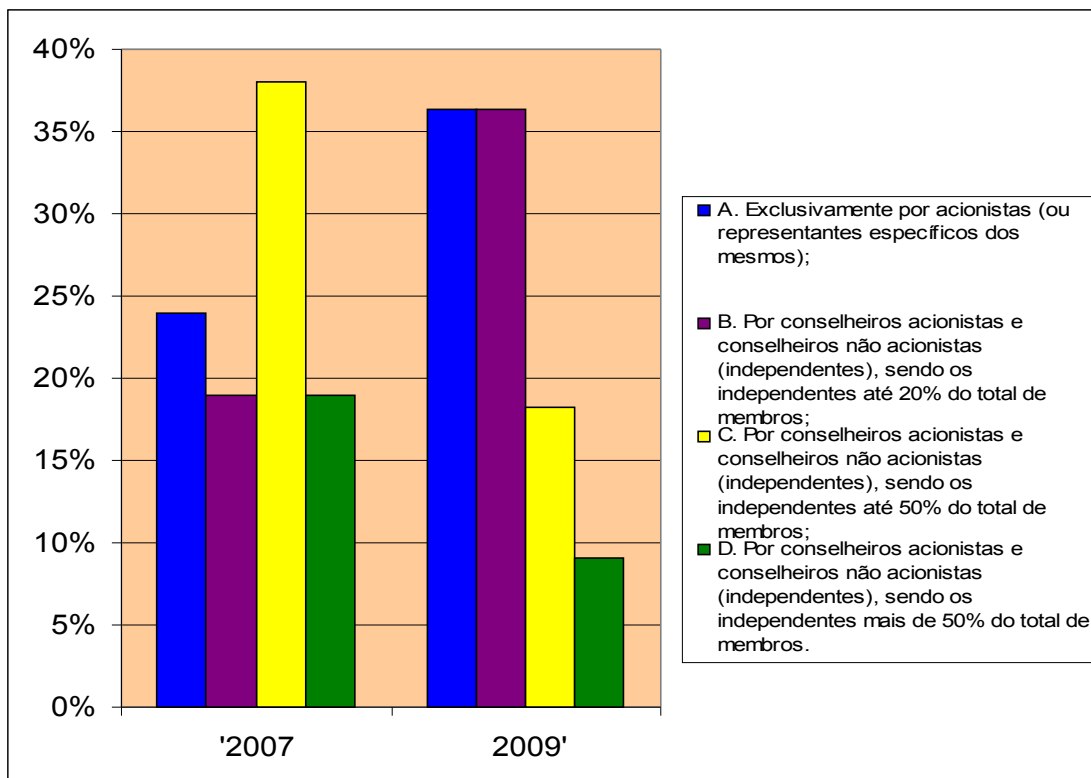
	2007	2009
Sim, há mais de 10 anos;	15%	21%
Sim, há mais de 5 anos;	9%	18%
Sim, há mais de 2 anos;	6%	11%
Está em fase de estruturação para ser efetivado ainda nos próximos 12 meses;	21%	11%
Não faz parte dos planos estratégicos da empresa possuir um conselho de administração nos próximos dois a três anos. .	49%	39%



Contrapondo-se um pouco as boas notícias sobre Governança Corporativa, infelizmente tivemos um recuo na presença de conselheiros independentes nos quadros dos Conselhos de Administração. Em 2007 tínhamos 57% das empresas com índices de conselheiros independentes acima de 1/5 do total de membros. Este número caiu para 28% em 2009. Observamos também que os Conselhos de Administração compostos exclusivamente por membros acionistas subiram para 36% em 2009 ante os 24% de 2007. Nas composições mistas, onde há também a presença de conselheiros não acionistas independentes em até 1/5 do total de membros o número também se apresentou alto: 36%.

	2007	2009
Exclusivamente por acionistas (ou representantes específicos dos mesmos);	24%	36%
Por conselheiros acionistas e conselheiros não acionistas (independentes), sendo os independentes até 20% do total de membros;	19%	36%

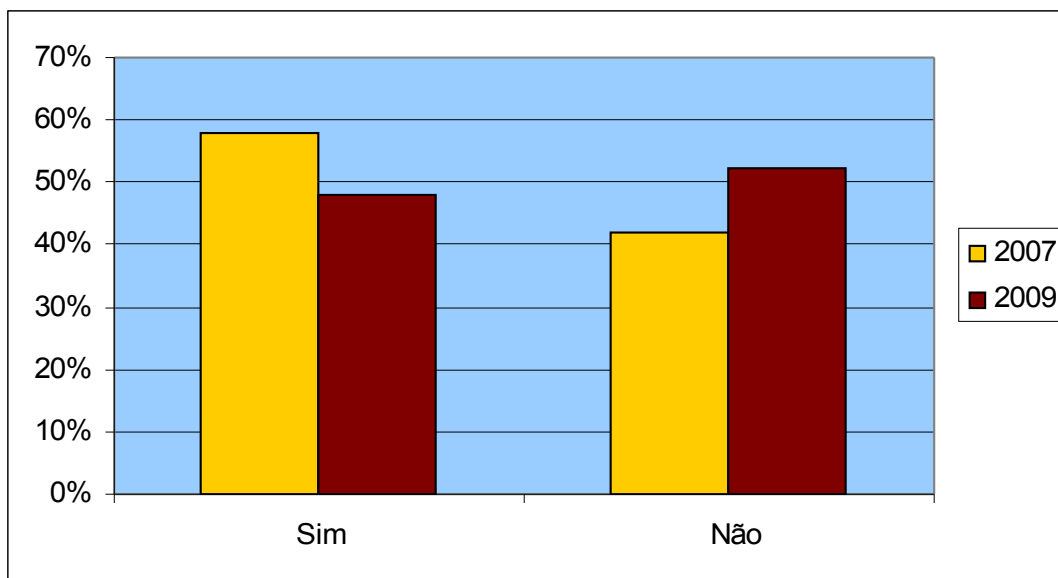
Por conselheiros acionistas e conselheiros não acionistas (independentes), sendo os independentes até 50% do total de membros;	38%	18%
Por conselheiros acionistas e conselheiros não acionistas (independentes), sendo os independentes mais de 50% do total de membros.	19%	10%



No intuito de conhecermos não só a composição qualitativa, mas também a quantitativa, a pesquisa mostrou um grande salto no número de empresas que possui até 11 membros e redução a zero das que declaram até 3, indicando um aumento no número médio de membros do Conselho de Administração. Outro ponto interessante foi o acréscimo de 15 pontos percentuais nos conselhos com até 5 membros. Já o número de empresas que possui até 9 caiu pela metade. Nenhuma das empresas possui mais de 11 membros no seu Conselho de Administração.

	2007	2009
Até 3 membros;	19%	0%
Até 5 membros;	33%	48%
Até 7 membros;	29%	29%
Até 9 membros;	19%	9%
Até 11 membros;	0%	14%
Acima de 11 membros.	0%	0%

Embora não haja consenso em relação a este tema alguns especialistas creditam maior grau de Governança às empresas que separam as funções de Presidente do Conselho de Administração e o Presidente da Diretoria Executiva, atualmente chamado de CEO (*Chief Executive Office*). Nossa amostra revela a existência de uma divisão, quase meio a meio, de empresas que praticam o modelo de Governança Asiático/Europeu e de empresas que utilizam o modelo norte-americano, com inversão da diferença a favor do modelo que proíbe tal acúmulo de função.

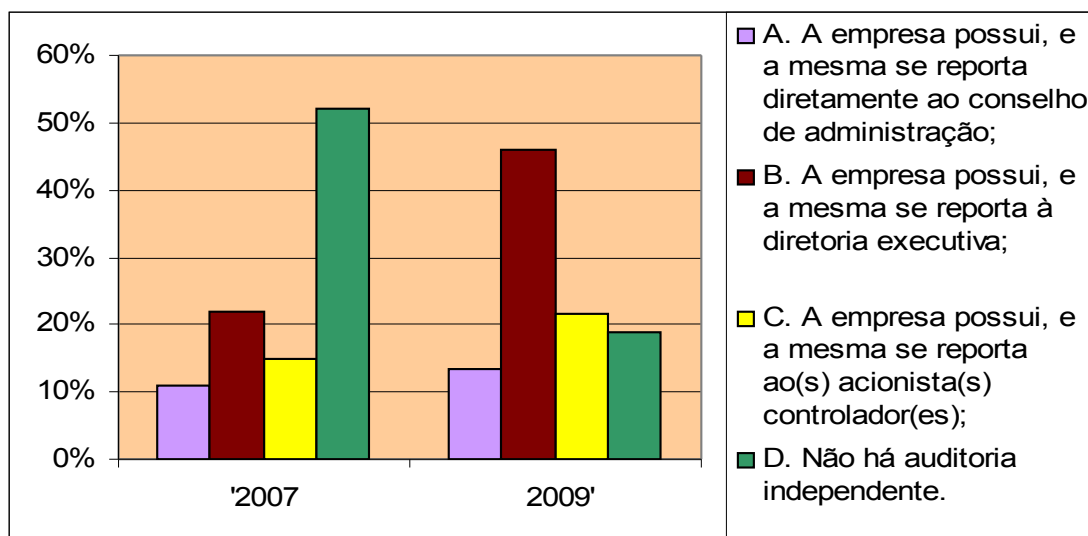


Buscou-se medir também a intensidade e o grau de participação dos Conselheiros de Administração na vida corporativa. A pesquisa indicou a manutenção de uma reunião mensal no mesmo patamar de 2007, na casa dos 40%, com pequeno avanço de 4% em 2009. Provavelmente como efeito da crise e ascensão do risco nos momentos de turbulência emergiu um índice de 13% de empresas realizando mais de uma reunião por mês provocando assim redução nos calendários das "bi", "tri" e semestrais. Curiosamente surgem 9% com apenas um encontro por ano.

	2007	2009
Mais de 1 por mês;	0%	13%
Mensal;	38%	43%
Bimestral;	19%	9%
Trimestral;	33%	17%
Quadrimestral;	0%	4%
Semestral;	10%	4%
Anual.	0%	9%

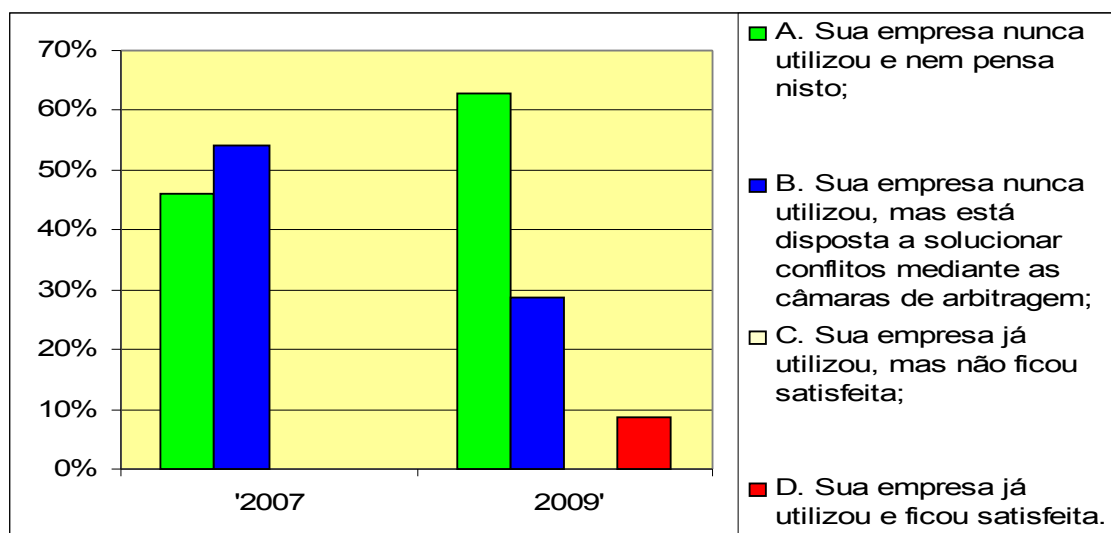
Outro dado animador nas questões da Governança Corporativa é relativo a existência de auditoria independente nas empresas. A prática da auditoria independente é muito importante no que tange a garantir, através de um terceiro, a veracidade das informações prestadas pela empresa. A amostra de 2009 apresentou uma redução significativa no número de empresas que não possuíam – 52% em 2007 - para menos de 20% em 2009. O dado não positivo foi o crescimento daquelas que embora a

possuam, a auditoria independente se reporta diretamente a própria diretoria executiva, na casa dos 46% em 2009.

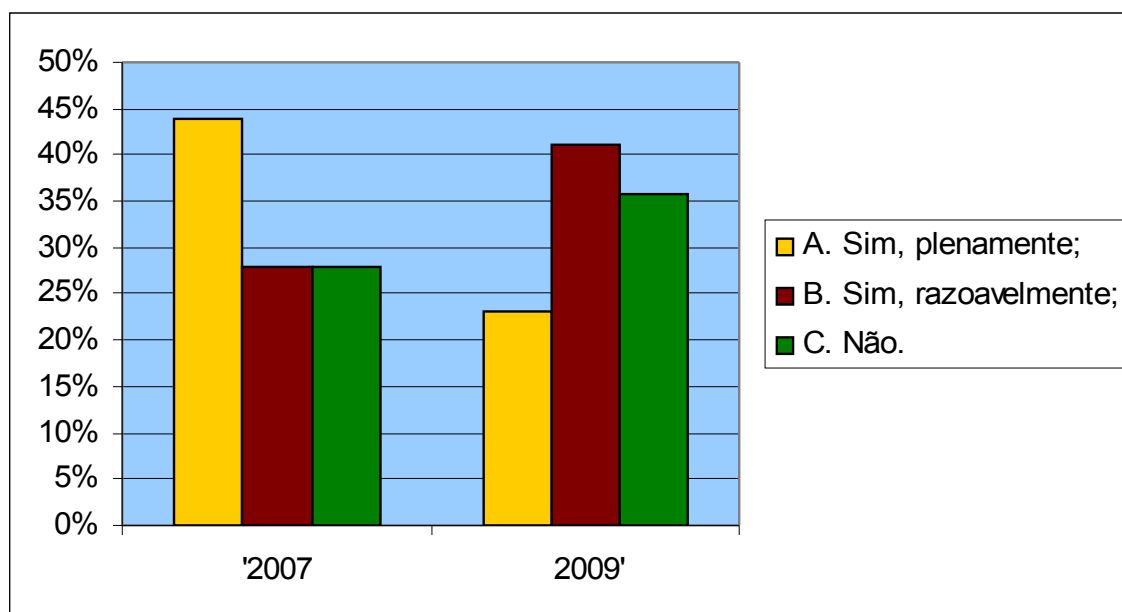


Dados não animadores no cenário da Governança Corporativa (GC) surgiram com relação às regras do BOVESPA para adesões aos altos níveis diferenciados de GC na questão da utilização das Câmaras de Arbitragem em substituição aos trâmites do poder judiciário tradicional com o intuito de dar celeridade à resolução dos conflitos societários. A pesquisa mostrou que o número de empresas que nem pensam em utilizar aumentou de 46% para 63%, outro dado negativo foi a queda, em 25 pontos percentuais, do número de empresas que está disposta a adotar as Câmaras de Arbitragem. Para amenizar este tópico, houve 8% de empresas que já utilizaram e estão satisfeitas com o resultado das Câmaras de Arbitragem.

	2007	2009
Sua empresa nunca utilizou e nem pensa nisto;	46%	63%
Sua empresa nunca utilizou, mas está disposta a solucionar conflitos mediante as câmaras de arbitragem;	54%	29%
Sua empresa já utilizou, mas não ficou satisfeita;	0%	0%
Sua empresa já utilizou e ficou satisfeita.	0%	8%



Curiosamente, informações sobre os níveis diferenciados do BOVESPA permanecem obscuras para muitas empresas. Independentemente de a empresa ser listada ou não em Bolsa, em 2007 28% dos entrevistados não conheciam e não sabiam descrever os diferentes níveis de Governança Corporativa existentes atualmente na BOVESPA; em 2009 o número é ainda maior, 36%. Além disso, o número das empresas que conhecia os quatro níveis caiu de 44% para 23%. Imaginarmos, nos dias de hoje, um universo de 1/5 dos executivos financeiros sem conhecimento pleno do mercado de capitais é um tanto que aterrorizante.



Avançando a análise para o campo da prestação de contas de forma a garantir a transparência dos dados empresariais, o cenário permanece sombrio. Mesmo com a chegada das novas normas contábeis, o número de empresas que publica Balanços Patrimoniais ainda se mostra insatisfatório. 57% delas ainda não o fazem, além disso, o número de empresas que publica há mais de 10 anos em português e inglês despencou de 22% para apenas 5%, evidenciando a utilização apenas da língua portuguesa de 13% em 2007 para 35% em 2009.

	2007	2009
Há mais de 10 anos em português;	0%	24%
Há mais de 10 anos em português e inglês;	22%	5%
Há mais de 5 anos em português;	7%	3%
Há mais de 5 anos em português e inglês;	0%	3%
Há mais de 2 anos em português;	6%	8%
Há mais de 2 anos em português e inglês;	0%	0%
Em 2009 será publicado em português;	0%	0%
Em 2009 será publicado em português e inglês.	0%	0%
Ainda não publica.	65%	57%

Visando detectar por parte dos executivos que responderam a pesquisa seu domínio dos termos mais utilizados mundialmente no cenário das aberturas de capital, a pesquisa mediu o grau de conhecimento pleno de algumas palavras, expressões e siglas. O resultado pode ser considerado abaixo do satisfatório mediante a forte exposição dos mesmos no cenário globalizado dos negócios.

Disclousure;	59%	Lock up;	32%	IPO;	68%
Accountability;	78%	Insider trading;	39%	Split;	41%
Compliance;	71%	Poison pills;	32%	Flippers;	24%
Fairness;	39%	Block trade;	27%	IFRS;	68%
Tag along;	41%	Book building;	32%	US GAAP.	71%
Take over;	59%	Sarbanes-Oxley (SOX);	71%		

FIM